



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 16M1

Minas e Energia



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá

ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere

- 110 apenas às condições econômicas e financeiras, mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo. (B) explicativo.
- (C) alternativo. (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extrai-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública

36

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão Ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no estado do Pará, terá capacidade instalada de 11.233 MW. A tabela a seguir apresenta uma comparação entre a usina de Belo Monte e diversas alternativas propostas, considerando a geração de 4.571 MW médios. Considerando os dados informados na tabela, assinale a alternativa **ERRADA**.

	Unidade	Belo Monte	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Gás Natural	Nuclear
ICB	R\$/MWh	77,97	135	148	153,48	500	143	150
Capacidade Instalada	MW	11.233	8.310 (277 a 554 usinas)	15.240 (10.160 turbinas de 1,5 MW)	9.522	28.000 (140 milhões de painéis solares de 200 W)	6.530	5.078
Fator de Capacidade (médio)	%	40,69	55	30	48	16,5	70	90
Custo de Instalação	R\$/kW	1.700	5.000 a 6.000	3.660 a 4.500	2.175 a 2.745	12.600 a 18.300	1.281 a 1.647	6400
Custo Total de Instalação	bi R\$	20	41,55 a 49,86	47,80 a 83,60	21,00 a 26,00	355,00 a 507,00	9,00 a 11,00	32,5

(Fonte: Ministério de Minas e Energia)

- (A) A alternativa nuclear, apesar de registrar o maior fator de capacidade dentre todas as tecnologias, não seria vantajosa do ponto-de-vista do critério de modicidade tarifária, característico do marco regulatório do setor elétrico.
- (B) Mesmo sendo possível a construção de uma grande fazenda eólica em substituição à UHE Belo Monte, o custo total desta instalação poderia ser mais de quatro vezes superior à opção hidrelétrica.
- (C) Uma térmica equivalente, cujo combustível fosse biomassa, conseguiria gerar a mesma energia que a UHE Belo Monte com uma potência instalada 15% menor e com custo total de instalação ligeiramente superior, oscilando em uma faixa entre +5% e +30%.
- (D) O custo de instalação expressivamente alto, somado ao menor fator de capacidade dentre todas as fontes mostradas, inviabilizam a opção solar como substituta à usina hidrelétrica de Belo Monte.
- (E) O gás natural é uma alternativa mais vantajosa que a hidrelétrica, tendo em vista que seu fator de capacidade é maior, o custo de instalação [R\$/MW] é menor e o custo total do projeto seria cerca da metade do informado para a opção hidrelétrica.

52

A energia eólica tem crescido expressivamente no Brasil, especialmente nos últimos cinco anos. A respeito desta fonte energética, julgue as afirmativas a seguir:

- I. A capacidade de geração eólica instalada no Brasil em 31/12/2010, segundo o Balanço Energético Nacional 2011, era de 928 MW.
- II. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), atualmente a região sul é a que possui o maior parque gerador, em potência instalada.
- III. Conforme o Balanço Energético Nacional 2011, a oferta total de eletricidade de origem eólica em 2010 foi superior a 2.000 GWh.
- IV. No leilão de energia nova A-5, realizado em 20/12/2011, o preço médio para a energia eólica comercializada foi inferior a R\$103,00/MWh.

Está(ao) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- (A) I e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) IV.

53

A confiança do motorista nos veículos movidos a etanol foi retomada com o surgimento dos automóveis do tipo bicomcombustível, também conhecidos como “flexfuel”, que permitiram ao consumidor maior poder de decisão, uma vez que se tornou possível abastecer o veículo com etanol hidratado ou gasolina, tendo por base a relação de preços entre ambos.

PORQUE

A crise na oferta de etanol hidratado, verificada no Brasil a partir da segunda metade da década de 1980, fez com que o programa governamental ProÁlcool caísse em descrédito perante a população, que passou a enfrentar dificuldades para abastecer carros movidos exclusivamente a etanol.

A respeito das afirmativas é correto afirmar que

- (A) as duas estão corretas e a segunda justifica a primeira.
- (B) as duas estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira está correta, mas a segunda é falsa.
- (D) a segunda está correta, mas a primeira é falsa.
- (E) as duas estão erradas.

54

O Brasil ainda não aproveita de forma significativa o potencial solar incidente em seu território. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em fevereiro de 2012 a potência instalada de usinas fotovoltaicas era inferior a 0,1% do parque total nacional.

PORQUE

A Usina de Tauá, localizada no estado do Piauí e inaugurada em 2010, possui 1.200 kW de capacidade instalada, sendo assim, a maior usina fotovoltaica em operação no Brasil.

A respeito das afirmativas é correto afirmar que

- (A) ambas estão corretas e a segunda justifica a primeira.
- (B) ambas estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira está correta, mas a segunda é falsa.
- (D) a segunda está correta, mas a primeira é falsa.
- (E) ambas estão erradas.

55

No Brasil, o etanol anidro produzido nas destilarias a partir da cana-de-açúcar e adicionado à gasolina automotiva, é considerado uma fonte de energia limpa e alternativa.

PORQUE

O etanol de cana-de-açúcar é classificado como uma fonte de energia renovável.

A respeito das afirmativas é correto afirmar que

- (A) ambas estão corretas e a segunda justifica a primeira.
- (B) ambas estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira está correta, mas a segunda é falsa.
- (D) a segunda está correta, mas a primeira é falsa.
- (E) ambas estão erradas.

56

O atual modelo do setor elétrico brasileiro, ao menos no que se refere aos leilões para expansão da geração com ampla concorrência entre as fontes de energia, não privilegia a inserção de tecnologias mais modernas ou de fontes alternativas de energia na matriz elétrica nacional.

PORQUE

O critério de modicidade tarifária estabelece que o vencedor do certame no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) será o empreendimento que oferecer a menor tarifa para a venda de energia elétrica.

A respeito das afirmativas é correto afirmar que

- (A) ambas estão corretas e a segunda justifica a primeira.
- (B) ambas estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira está correta, mas a segunda é falsa.
- (D) a segunda está correta, mas a primeira é falsa.
- (E) ambas estão erradas.

57

O Horário Brasileiro de Verão tem sido um valioso instrumento de uso eficiente e racional da energia elétrica e tem ajudado o país a garantir a sua oferta de forma contínua e segura. O mecanismo foi instituído pela primeira vez no Brasil nos anos 1931/1932, pelo então presidente Getúlio Vargas. A respeito do Horário Brasileiro de Verão assinale a alternativa correta.

- (A) Desde 1985, o horário de verão tem sido adotado em todos os anos, em estados selecionados. Em apenas uma ocasião, o mecanismo foi adotado em todo o território nacional.
- (B) O principal objetivo do Horário Brasileiro de Verão é reduzir a carga média diária no Sistema Interligado Nacional (SIN), em um intervalo que pode variar entre 2% e 10%, dependendo da unidade da federação.
- (C) O horário de verão reduz o risco de não atendimento à carga no horário de ponta em uma época do ano em que o sistema é, normalmente, submetido às mais severas condições operacionais, uma vez que este é um período de maior consumo.
- (D) A atual edição (2011/2012) do mecanismo supracitado terá duração de 126 dias e a redução média de demanda por eletricidade, nas regiões onde o mesmo é adotado, tem sido da ordem de 3% nos últimos anos.
- (E) Nas cidades de menor latitude, localizadas mais próximas da linha do Equador, os efeitos intensificação da luz natural ao longo do dia durante o verão são maiores. Por este motivo, o horário de verão deve privilegiar estas regiões.

58

As regiões Norte e Nordeste são responsáveis por cerca de 10% da indústria sucroalcooleira nacional. Especialmente, no caso dos pequenos produtores rurais, que trabalham com uma margem de lucro menor devido à escala de produção reduzida, o aproveitamento da biomassa excedente da cana-de-açúcar pode ser um negócio rentável e bastante atrativo. Podem ser entraves para o amadurecimento deste mercado os seguintes itens, **EXCETO**:

- (A) O baixo valor agregado do bagaço de cana e da palha, que muitas vezes desestimula o produtor sucroalcooleiro.
- (B) O fato de a densidade dos resíduos da cana ser muito baixa pode tornar o custo logístico significativo e, dependendo do caso, até inviabilizar o negócio.
- (C) Há algumas dificuldades para manutenção de estoques de bagaço e palha no campo, inclusive com risco de combustão.
- (D) Existe a necessidade de se deixar parte da palha “forrando” o solo, para evitar o ressecamento excessivo do mesmo, num primeiro momento, além de minimizar a aplicação de fertilizantes posteriormente.
- (E) O custo reduzido do bagaço de cana e da palha para o mercado consumidor, em comparação com os energéticos tradicionais, é um fator prejudicial para a biomassa da cana.

59

A Lei 10.295/2001, mais conhecida como Lei de Eficiência Energética, comemorou recentemente dez anos. A lei obriga os fabricantes e os importadores de máquinas e aparelhos consumidores a adotar medidas necessárias para que sejam obedecidos os níveis máximos de consumo de energia e mínimos de eficiência energética, estabelecidos para cada tipo de equipamento.

Sobre esta lei pode-se afirmar que

- I. a instituição da Lei proibiu a comercialização de produtos de baixa eficiência e ajudou a complementar e consolidar programas já existentes, como o Selo Procel e a etiqueta Procel/Inmetro.
- II. entre os equipamentos regulamentados pela Lei estão: motores elétricos trifásicos, lâmpadas fluorescentes compactas, fogões e fornos a gás, condicionadores de ar, aquecedores de água e refrigeradores.
- III. o Comitê Gestor de Indicadores e de Níveis de Eficiência Energética (CGIEE) possui como atribuições, dentre outras, a elaboração das regulamentações específicas para cada tipo de aparelho consumidor de energia e o estabelecimento do Programa de Metas, com indicação da evolução dos níveis a serem alcançados por cada equipamento.
- IV. o CGIEE é composto pelos seguintes agentes: Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Energia Elétrica e um representante da universidade.
- V. o primeiro equipamento selecionado pelo CGIEE para ser objeto da regulamentação específica foi o condicionador de ar, em função do significativo consumo de energia que representa no setor residencial.

É correto afirmar que está(ao) correta(s)

- (A) somente as afirmativas I e IV.
- (B) somente as afirmativas III, IV e V.
- (C) somente as afirmativas I, II e III.
- (D) somente as afirmativas II e V.
- (E) somente a afirmativa II.

60

A diretoria da ANEEL, agência reguladora do setor de energia elétrica, é composta por diretores que devem possuir comprovada experiência no setor. A nomeação dos diretores deve obedecer, além da comprovada experiência exigida dos indicados, aos seguintes critérios:

- (A) os diretores são nomeados por mandato de quatro anos, sendo livremente escolhidos pelo Ministro de Minas e Energia.
- (B) os diretores são nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de quatro anos e devem ser aprovados pelo Senado Federal.
- (C) os diretores não possuem mandato e podem ser demitidos a qualquer momento por decisão do Presidente da República.
- (D) os diretores são nomeados pelo Presidente da República e tem mandato de seis anos, não podendo ser reconduzidos.
- (E) os diretores são escolhidos pelo Senado Federal, nomeados pelo Presidente da República e têm mandato de dois anos.

61

O Programa Luz para Todos foi criado pelo Governo Federal em novembro de 2003, com o objetivo de levar energia elétrica a dois milhões de lares brasileiros que permaneciam sem acesso a uma fonte confiável e permanente de eletricidade. Após ser prorrogado por duas vezes, até setembro de 2011, o Luz para Todos já havia chegado a 2,8 milhões de famílias, o que representa um universo estimado em 14,2 milhões de pessoas. No âmbito deste programa de universalização do acesso à energia elétrica, assinale a alternativa correta.

- (A) Até setembro de 2011, a região geográfica com maior quantidade de pessoas beneficiadas foi a região norte, com pouco mais de 4,0 milhões de habitantes contemplados.
- (B) A chegada da eletricidade provocou um fenômeno migratório inverso ao tradicional, desta vez dos grandes centros para a zona rural. Pesquisa realizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) estima que até 2011 mais de 600 mil pessoas retornaram à sua região de origem.
- (C) Mais da metade das famílias atendidas pelo Programa Luz para Todos compraram bomba d'água elétrica para utilizar no sistema de irrigação da plantação.
- (D) Os dois eletrodomésticos mais comprados pelos cidadãos beneficiados foram geladeira e televisão, nesta ordem.
- (E) Pesquisa realizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) mostra que, apesar de declararem estar satisfeitos com a chegada da energia elétrica, apenas 75% dos beneficiados relataram melhoras na condição de vida.

62

O Plano Nacional de Energia – PNE 2030 é um estudo de planejamento integrado dos recursos energéticos, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para um horizonte de longo prazo. Ao tratar de eficiência energética, o PNE 2030 classifica o potencial de introdução das medidas de eficiência energética em três cenários, a saber: “técnico”, “econômico” e “de mercado”. Neste contexto, marque a alternativa **ERRADA**.

- (A) O cenário técnico visa estabelecer um limite de penetração das medidas, pela substituição de todos os equipamentos existentes por outros cuja tecnologia seja o “estado da arte”. Este cenário não considera custos ou qualquer outro impedimento de absorção da tecnologia.
- (B) No cenário de mercado procura-se analisar as medidas que seriam introduzidas “por si mesmas”, ou seja, aquelas cuja adoção traria redução de custos ao usuário.
- (C) O cenário econômico considera o subconjunto do cenário técnico, cujas medidas têm viabilidade econômica de implementação.
- (D) No horizonte do Plano Nacional de Energia 2030 tanto o cenário técnico quanto os cenários econômico e de mercado crescem continuamente.
- (E) Do ponto-de-vista do potencial das medidas de eficiência energética, o cenário mais amplo é o “técnico”, enquanto que o mais restrito é o “econômico”.

63

O Balanço Energético Nacional (BEN), elaborado e publicado anualmente pela EPE, contabiliza a oferta e a demanda de energia no Brasil, contemplando as atividades de extração de recursos energéticos primários, sua conversão em formas secundárias, a importação e a exportação, a distribuição e o uso final da energia. A tabela apresenta a evolução da oferta interna de energia no Brasil, a cada dez anos, entre 1970 e 2010. Nesta conjuntura assinale a alternativa **FALSA**.

OFERTA INTERNA DE ENERGIA				UNIDADE: 10³ tep	
IDENTIFICAÇÃO	1970	1980	1990	2000	2010
ENERGIA NÃO RENOVÁVEL	27.858	62.387	72.298	112.376	146.425
PETRÓLEO E DERIVADOS	25.251	55.393	57.749	86.743	100.992
GÁS NATURAL	170	1.092	4.337	10.256	27.716
CARVÃO MINERAL E DERIVADOS	2.437	5.902	9.615	13.571	13.860
URÂNIO (U ₃ O ₈) E DERIVADOS	0	0	598	1.806	3.857
ENERGIA RENOVÁVEL	39.088	52.373	69.702	78.239	122.329
HIDRÁULICA E ELETRICIDADE (*)	3.420	11.063	20.051	29.980	37.659
LENHA E CARVÃO VEGETAL	31.852	31.083	28.537	23.060	26.072
DERIVADOS DA CANA-DE-AÇÚCAR	3.593	9.217	18.988	20.761	47.785
OUTRAS RENOVÁVEIS	223	1.010	2.126	4.439	10.813
TOTAL	66.945	114.761	142.000	190.615	268.754

(*) 1 kWh = 860 kcal (equivalente térmico teórico - primeiro princípio da termodinâmica)

(Fonte: EPE)

- (A) A unidade energética de referência adotada no Balanço Energético Nacional (BEN) é a “tonelada equivalente de petróleo” (tep). Para fins de conversão entre unidades comerciais das diversas fontes de energia, considera-se que 1,0 tep = 10.000 Mcal.
- (B) A Oferta Interna de Energia engloba a produção de energia primária e sua conversão em fontes secundárias, nos centros de transformação. Entretanto, os fluxos internacionais (importações e exportações de energéticos) não são considerados nesta rubrica.
- (C) Em 1970, os principais energéticos da matriz nacional eram a lenha e o carvão vegetal. Trata-se de duas fontes de energia majoritariamente utilizadas em áreas isoladas ou em domicílios rurais, principalmente para aquecimento de água e cocção. Isto está em consonância com o desenvolvimento econômico e social do Brasil àquela época.
- (D) A década de 2000 apresenta crescimento de 130% para o grupo “derivados da cana-de-açúcar”, que engloba apenas três produtos: caldo de cana, melaço e bagaço. A palha ainda não é contabilizada no BEN. Isto reflete o crescente aproveitamento do bagaço de cana para cogeração, além da produção de etanol e açúcar nas destilarias.
- (E) Em termos percentuais, a participação do gás natural na matriz energética brasileira tem aumentado. Isto seria consequência, entre outros aspectos, da maior produção de gás natural associado ao petróleo e da importação do gás natural boliviano.

64

O Plano Nacional de Energia 2030, elaborado e publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), indica a construção de outras usinas nucleares no país, além de Angra 3. A respeito da energia nuclear, analise.

- I. O Plano Nacional de Energia 2030 considera como expansão mínima na geração nuclear mais duas plantas com 1.000 MW de potência, além de Angra 3.
- II. O Plano Nacional de Energia 2030 considera como expansão máxima na geração nuclear mais seis plantas com 1.000 MW de potência, além de Angra 3.
- III. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, cabe ao Congresso Nacional deliberar e votar a autorização para construção de novas usinas nucleares em território nacional.
- IV. Embora o Brasil tenha avançado tecnologicamente na questão do enriquecimento do urânio, o país ainda não é autossuficiente na produção do elemento combustível.

É correto afirmar que está(ao) correta(s)

- (A) somente as afirmativas I e II.
- (B) somente as afirmativas I e IV.
- (C) somente as afirmativas II, III e IV.
- (D) somente as afirmativas III e IV.
- (E) somente a afirmativa II.

65

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB – é um programa interministerial criado em 2004, cujo objetivo maior é implantar a cadeia de produção do biodiesel no Brasil. Uma das diretrizes do PNPB é promover a inclusão social através da geração de renda e emprego na cadeia de produção do biodiesel no Brasil, com foco nas famílias de agricultores e de assentados da reforma agrária. Para cumprir este objetivo social, um mecanismo existente dentro do PNPB é o Selo Combustível Social. A respeito do Selo Combustível Social assinale a alternativa **ERRADA**.

- (A) Ao fomentarem a produção de oleaginosas pelos agricultores familiares enquadrados no PRONAF, as empresas detentoras do Selo Combustível Social estão promovendo a inclusão social destas famílias, através da geração de trabalho e renda.
- (B) O produtor de biodiesel detentor do Selo Combustível Social tem diferenciação ou isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS.
- (C) A concessão do Selo Combustível Social é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- (D) A demanda obrigatória de biodiesel é suprida por meio de leilões promovidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Do montante total comercializado nestes certames, 80% são reservados para empresas detentoras do Selo Combustível Social.
- (E) Em 2010, as aquisições da agricultura familiar realizadas por empresas detentoras do Selo Combustível Social cresceram mais de 56% em relação ao ano anterior, superando o patamar de R\$1 bilhão em compras de matérias-primas.

66

Em localidades não atendidas pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), a geração distribuída é realizada pelos chamados “Sistemas Isolados”. A existência dos Sistemas Isolados é em parte explicada pelas dimensões continentais do Brasil e por causa da localização afastada de algumas localidades, municípios e regiões, principalmente na região Norte do país, em relação aos maiores centros de consumo. Neste contexto assinale a alternativa **FALSA**.

- (A) Esses sistemas caracterizam-se, basicamente, pelo grande número de pequenas unidades geradoras a óleo diesel e pela grande dificuldade de logística de abastecimento.
- (B) Em 2015, ano previsto para a conclusão das linhas de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus e Manaus-Boa Vista, é esperado que mais de 99,0% do mercado brasileiro de energia elétrica estejam conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).
- (C) O planejamento e o acompanhamento da operação nos Sistemas Isolados são coordenados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte (GTON), o qual é composto por representantes de empresas públicas e privadas, sendo coordenado pela Eletrobrás.
- (D) Os Sistemas Isolados atendem uma área de aproximadamente 45% do território brasileiro e cerca de 3% da população nacional.
- (E) Parte do custo total de geração nos sistemas isolados é subsidiada pela Conta de Consumo dos Combustíveis (CCC). Em 2010, o valor reembolsado pela CCC excedeu R\$3,0 bilhões.

67

Há incentivos previstos na legislação brasileira para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, que complementem a geração das tradicionais fontes hídricas e térmicas. Tais fontes são as previstas no PROINFA, que estimula, além da fonte eólica:

- (A) nuclear e as Pequena Central Hidráulica (PCHs).
- (B) biomassa e as Pequena Central Hidráulica (PCHs).
- (C) gás natural e biomassa.
- (D) gás natural, biomassa e as Pequena Central Hidráulica (PCHs).
- (E) as Pequena Central Hidráulica (PCHs).

68

O setor elétrico enfrentará nos próximos anos um enorme desafio: prorrogar ou não as concessões atuais que têm prazo a vencer entre 2013 e 2015. Tais concessões:

- (A) são apenas concessões de geração.
- (B) são apenas concessões de geração e de distribuição.
- (C) são apenas poucas concessões de transmissão e muitas concessões de geração.
- (D) são concessões de geração, de transmissão e de distribuição.
- (E) são apenas concessões de distribuição.

69

A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, que é caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica. A respeito da Tarifa Social de Energia Elétrica, analise.

- I. Para a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 30 kWh/mês, o desconto será de 60%.
- II. Para a parcela do consumo compreendida entre 101 kWh/mês e 220 kWh/mês, o desconto será de 15%.
- III. A Tarifa Social de Energia Elétrica pode ser aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.
- IV. Se uma família quilombola tiver renda familiar mensal, per capita, menor ou igual a meio salário mínimo nacional e estiver inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, terá direito a desconto de 100% até o limite de consumo de 50 kWh/mês, a ser custeado pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.
- V. As concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão aplicar, no mínimo, 60% dos recursos dos seus programas de eficiência para unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social.

É correto afirmar que está(ao) correta(s)

- (A) somente as afirmativas I e III.
- (B) somente as afirmativas I e IV.
- (C) somente as afirmativas II e V.
- (D) somente as afirmativas III, IV e V.
- (E) somente a afirmativa II.

70

Atualmente, a concessão de linhas de transmissão de energia elétrica depende de licitação, em que o critério de julgamento é

- (A) o menor valor da receita anual permitida pela prestação do serviço a ser paga aos licitantes.
- (B) o maior preço apresentado pelos licitantes para obter a concessão.
- (C) o melhor preço, em que se apresentem empresas privadas sempre em parceria com o Poder Público, através de suas empresas.
- (D) o maior valor da receita anual permitida pela prestação do serviço a ser paga aos licitantes.
- (E) a melhor oferta, em que se apresentem no mínimo cinco licitantes públicos ou privados.

71

O Plano Decenal de Expansão de Energia prevê uma alteração na matriz energética brasileira até 2020, com uma previsão de

- (A) aumento na participação da fonte hidráulica e em petróleo e derivados.
- (B) aumento na participação da fonte de gás natural e de derivados da cana de açúcar.
- (C) aumento na participação da fonte nuclear, com a utilização de urânio e derivados;
- (D) redução na participação da fonte de gás natural e aumento em petróleo e derivados.
- (E) redução na participação da fonte de carvão mineral e aumento da fonte de carvão vegetal/lenha.

72

O Mercado Livre de Energia, implantado no Brasil após a reforma do modelo do setor elétrico, permite a livre comercialização de energia pelos chamados consumidores livres. Para ser um consumidor livre, é necessário que o consumidor

- (A) tenha exercido a opção de compra de energia no mercado livre e seja consumidor com carga superior a 10.000 kW e tensão de 69 kV.
- (B) tenha exercido a opção de compra de energia no mercado livre e seja consumidor com carga superior a 3.000 kW.
- (C) seja cativo de uma distribuidora.
- (D) tenha exercido a opção de compra de energia no mercado livre e seja grande consumidor de energia para utilização no processo industrial.
- (E) tenha exercido a opção de compra de energia no mercado livre e se inscreva na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, independentemente do volume de seu consumo de energia.

73

Estudos recentes comprovam o enorme peso de tributos e encargos setoriais nas contas de fornecimento de energia elétrica no Brasil. São encargos setoriais:

- (A) RGR, PIS, CCE, CDE, PROINFA.
- (B) COSIP, RGR, CCC, PROINFA, CDE.
- (C) CCC, CDE, ESS, TFSEE, COFINS.
- (D) CCC, RGR, PIS/COFINS, CDE, ESS.
- (E) CCC, RGR, CDE, ESS, PROINFA.

74

Em matéria de endividamento público, compete privativa e exclusivamente ao Senado Federal:

- (A) Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) Aprovar a realização de operações de crédito interna e externa da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) Estabelecer limites globais e condições para a dívida mobiliária da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) Fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (E) Aprovar a realização de operações de crédito interna e externa dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

75

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece

- (A) limites máximos para as despesas de pessoal dos Estados e Municípios, fixado em 40% da receita corrente líquida do exercício.
- (B) limites máximos para a amortização no exercício de operações de crédito de Estados e Municípios.
- (C) proibição para a realização de operações de crédito por antecipação de receita por Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) limites máximos para a renúncia de receitas em função da previsão de receitas tributárias fixadas no orçamento anual.
- (E) a proibição de que o volume de despesas de custeio excedam, no exercício, o volume das despesas de custeio previstas no orçamento do ano anterior, corrigidas monetariamente pelo IPCA.

76

No processo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica conduzido pela ANEEL, **NÃO** são custos gerenciáveis sujeitos a revisão os decorrentes de

- (A) custo do capital investido pela distribuidora.
- (B) atendimento a indicadores de qualidade do fornecimento de energia.
- (C) o repasse aos consumidores de ganhos de produtividade das empresas.
- (D) novos custos decorrentes de tributos não previstos no contrato de concessão.
- (E) custos de pessoal e de manutenção.

77

Enorme polêmica se instaurou com a proposta de alteração dos critérios de distribuição dos “royalties do petróleo” no Brasil. A proposta aprovada pelo Congresso

- (A) estabelece um critério de distribuição que reduz a participação dos Estados em detrimento da participação da União.
- (B) adota o critério de distribuição dos recursos do Fundo de Participação de Estados e Municípios para a repartição dos “royalties”.
- (C) cria novo critério de distribuição em função do nível de desenvolvimento de Estados e Municípios.
- (D) atende às reivindicações dos Estados produtores.
- (E) distribui os royalties de maneira a compensar unicamente os Estados e Municípios que sofrem os impactos ambientais da exploração do petróleo.

78

O Ministério de Minas e Energia – MME foi criado em 1960 através da Lei 3.782/60 e foi extinto e depois novamente criado, em 1992. **NÃO** são atribuições do MME a formulação de políticas e planejamento da ação do Estado

- (A) nas áreas de geologia, recursos minerais e energéticos.
- (B) nas áreas de aproveitamento de energia hidráulica.
- (C) nas áreas de mineração e metalurgia.
- (D) nas áreas de petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.
- (E) nas áreas de proteção do meio ambiente.

79

Dentre os minerais encontrados no Brasil, dois deles se destacam em importância, tanto pelo volume de produção mineral quanto de reservas face aos demais países. Assinale-os.

- (A) nióbio e tantalita.
- (B) vermiculita e caulim.
- (C) magnesita e grafita.
- (D) estanho e nióbio.
- (E) tantalita e magnesita.

80

Recentemente, foram aprovadas pelo Congresso Nacional novas regras para o marco regulatório de exploração do petróleo. Tais regras

- (A) criam nova modalidade de contrato de exploração: o contrato de partilha de produção.
- (B) mantêm, para todos os casos, o regime dos contratos de concessão para a exploração do petróleo, introduzidos pela legislação anterior.
- (C) proíbem a participação da Petrobras nos contratos de formação de consórcios que se habilitarem para participar das licitações de exploração.
- (D) atribuem para a Petrobras a operação exclusiva de todas as áreas contratadas, sejam das áreas do pré-sal ou não.
- (E) proíbem a capitalização da Petrobras por meio da emissão de títulos públicos.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Minas e Energia do Tipo 1 (Branco – 16M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.